

**ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que faça a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! "Ata da Décima Nona Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Vinte da Décima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 85.966/2026, do Departamento Nacional de Infraestrutura; Ofício nº 32/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 759/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofício nº 553/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 57.014, 57.020, 57.023, 57.026, 57.029, 57.032, 57.038, 57.041, 57.044, 57.080, 57.090, 57.094, 57.097, 57.789, 57.792 e 57.795/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul. Ausências justificadas dos deputados Junior Mochi, Renato Câmara e Lucas de Lima. O deputado Paulo Corrêa agradeceu as fotos recebidas, de autoria do repórter e fotógrafo binacional Toninho Ruiz, que mostram a estrada Ingazeira e a construção da ponte sobre o rio Apa, rota que irá ligar Porto Murtinho a Concepción, no Paraguai. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Zeca do PT, Mara Caseiro, Caravina e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Zé Teixeira e Gerson Claro. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Mara Caseiro, Pedro Kemp e João Henrique. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 34/2026, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 195/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares da professora Salua Mokayad Ferro; requerimento de moção de protesto, de autoria da deputada Gleice Jane, diante das denúncias de assédio sexual e moral envolvendo alunas do curso de formação da Academia da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de apoio, de autoria da deputada Gleice Jane, às mulheres alunas do Curso de Formação da Academia da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul que denunciaram episódios de

assédio sexual e moral no ambiente institucional; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada ao senhor doutor Romão Ávila Milhan Júnior, pela recondução como procurador-geral de Justiça para o biênio 2026–2028, no dia 20 de março de 2023; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à senhora Neiva Pinheiro Veiga e ao senhor Celso Maciel Veiga, idealizadores e fundadores do jornal "O Liberal", pelos trinta e três anos de atuação no Estado de Mato Grosso do Sul, consolidando-se como um dos principais veículos de informação do Cone Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada à senhora Mariana de Aragão Pereira, pesquisadora, pela nomeação ao cargo de chefe-geral da Unidade de Gado de Corte da Embrapa, após processo de seleção pública; requerimento, de autoria do deputado João Henrique, solicitando a reserva do Plenário deputado Júlio Maia para a realização de reunião da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária, ocasião em que se tratará da prestação de contas relativa ao 2º e ao 3º quadrimestres do exercício financeiro de 2025, nos termos do artigo 46, inciso VIII, do RI/Alems; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a realização de Sessão Solene de entrega da "Comenda Lídia Baís", em reconhecimento à produção artística de autoria feminina no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando o uso da tribuna, na Sessão Ordinária do dia 31 de março de 2026, por representante da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems), para tratar da campanha salarial dos docentes da UEMS e do reenquadramento de carreira de professores aposentados. Foi pedida vista pelo deputado Caravina do requerimento de informações, Protocolo nº 00598/2026, de autoria do deputado João Henrique; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Zeca do PT, Lia Nogueira, Jamilson Name, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Lucas de Lima, Neno Razuk, Professor Rinaldo e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de março do ano de dois mil e vinte e seis." Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e todos aqui presentes! "Expediente da Sessão Ordinária de 26 de março de 2026: Ofício nº 942/2026, da Presidência da República, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 487/2026); Ofício nº 35/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 338/2026); Ofícios nºs 57.053, 57.056, 57.059, 57.065, 57.071, 57.083, 57.086, 57.102, 57.105, 57.429, 57.432, 57.435, 57.482, 57.497, 57.803 e 57.806/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira, Renato Câmara, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Pedrossian Neto, Jamilson Name e Neno Razuk; Ofício nº 181/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, respondendo à indicação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 4.643/2025); Ofício nº 1/2026, da Associação Fioravantes Futebol Independente (AFFI), respondendo à moção de congratulação do deputado Paulo Duarte

(Prot. nº 528/2026); e-mail, da Evânia Revista Celebrar, respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 366/2026)." Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que acompanham a nossa Sessão! Bom dia especial ao presidente da Aspra, acompanhado aqui dos valorosos cabos da Polícia Militar. Eu tenho aqui uma indicação. Incido à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário Antonio Carlos Videira e ao comandante-geral da Polícia Militar, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a ampliação do número de vagas do Curso de Formação de Sargentos (CFS/31), atualmente regulamentado pelo Edital nº 01/2026 – SAD – Sejusp/PMMS, ou a autorização para a realização de novo curso (CFS/32), ainda no corrente ano, a fim de assegurar o adequado fluxo na carreira e a recomposição do efetivo da corporação. Há na Polícia Militar uma carência muito grande de terceiros-sargentos e um número razoável de cabos que já cumpriram todos os requisitos e aguardam a tão sonhada promoção. Diante disso, solicito atenção especial aos militares do nosso estado. Policiais, contem comigo nesta luta! Nós vamos conseguir! Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Chegou uma indicação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao senhor Ednei Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a realização do serviço de patrolamento e encascalhamento da estrada CG-342, especialmente no trecho que atende o distrito de Anhanduí, com início nas proximidades da rua Castelinho até a MS-040, a fim de assegurar a trafegabilidade e o adequado escoamento da produção agrícola na região. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu gostaria que fosse registrada em ata a presença de professores da UEMS. Eu estou vendo aqui o professor Volmir, o professor Jocimar e várias professoras. Eles estão em campanha salarial — na verdade, em estado de greve —, porque o Governo do Estado não recebe as categorias dos servidores para conversar, como eu disse ontem aqui. O Fórum dos Servidores, o Sindicato dos servidores... E nós sabemos que a defasagem salarial das categorias é muito grande, principalmente no âmbito da UEMS. É preciso valorizar a nossa universidade estadual, e o Governo do Estado precisa dar atenção às reivindicações, à pauta dos servidores, dos professores da nossa universidade estadual, que prestam um serviço relevante, inestimável, que contribuem para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. A universidade está, se não me falha a memória, em treze municípios do estado, garantindo o acesso dos alunos do interior ao ensino superior. Então, eu gostaria de solicitar a sensibilidade desta Casa para com as reivindicações dos servidores da nossa UEMS. Obrigado a vocês pela presença.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, eu venho apresentar uma moção. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor desembargador doutor Dorival Renato Pavan, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, em razão da criação da primeira vara especializada em Direito Ambiental e Agrário do Estado de Mato Grosso do Sul, a ser instalada na Comarca de Bonito, e anunciada no dia 24 de março, durante a COP15, na aqui na cidade de Campo Grande. E quero cumprimentar também o prefeito de Bonito, Josmail Rodrigues, meu especial amigo. Parabéns pela iniciativa de se somar ao doutor Dorival Pavan e apoiar a criação da Vara de Direito Ambiental especializada, localizada em Bonito. Acho que este foi um dos encaminhamentos mais positivos que tivemos durante essa COP15. Creio que outros municípios vão seguir Bonito. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Joaquim Cassiano, o vereador Joaquinzinho, do município de Sonora; da senhora Flávia Vasconcelos, vereadora do município de Sonora; e da vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, senhora Érica Porceli Alaniz. Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados e todos que prestigiam a nossa Sessão, bom dia! Cumprimento também os integrantes da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, que se fazem presentes, reivindicando, de forma justa, suas respectivas promoções, que estão em atraso, junto ao Governo do Estado. Cumprimento também as demais categorias aqui representadas. Senhor presidente, eu trago três proposições. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor

Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e à senhora Maria do Carmo Avesani Lopes, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, por meio de cópias autônomas, reiterando a Indicação nº 2.908/2025, para que sejam realizados estudos e levantamentos técnicos e financeiros, com vistas à viabilização da construção de unidades habitacionais populares no município de Nioaque. A medida visa atender prioritariamente às famílias de baixa renda, inseridas no déficit habitacional existente, bem como aos servidores públicos municipais que enfrentam dificuldades no acesso à moradia digna. Ressalto que a presente solicitação atende ao pedido do vereador Jorge Fernandes Lemes, da Câmara Municipal de Nioaque, que apresentou o Requerimento nº 014/2026, encaminhado ao nosso gabinete. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, representada por seu defensor público-geral, doutor Pedro Paulo Gasparini, pela realização da conferência "Os Desafios da Defesa do Consumidor na Era Digital e suas Implicações na Liberdade Decisória do Consumidor", ocorrida nos dias 17 e 18 de março do corrente ano. Solicito à Mesa, na forma regimental ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de apoio aos parlamentares do Congresso Nacional, em especial do Senado Federal, onde tramita a proposta que pleiteia a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração dos fatos envolvendo a operação recente, vinculada aos escândalos que todos nós estamos assistindo, dia a dia, que envolvem o empresário Daniel Bueno Vorcaro. A CPI está em tramitação, havendo, entretanto, número suficiente de assinaturas no Congresso, mas, até agora, tem havido obstáculos para que seja instaurada e para que os fatos sejam apurados. Entendo que a sociedade brasileira merece, mais do que nunca, saber a verdade. Esperamos apuração e transparência, para que o cidadão brasileiro seja respeitado em seu voto e em seu direito de cidadania. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, gostaria de ler meu expediente aqui da Mesa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, ouvido o duto Plenário, para que seja encaminhado expediente deste Poder à empresa concessionária Motiva Pantanal, responsável pela administração da BR-163 no Estado de Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de providências urgentes para o fechamento ou tamponamento de um bueiro — uma valeta de drenagem — localizado em frente à comunidade de São José, no município de Dourados. A valeta atravessa toda a frente da igreja, inclusive a entrada, e as pessoas não conseguem estacionar seus veículos no local. E em vagas mais distantes não há iluminação. Algumas pessoas acabaram caindo na valeta, que tem aproximadamente 80 centímetros de profundidade e cerca de 2 metros de largura. Portanto, a situação merece atenção especial da Motiva Pantanal. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente e colegas deputados, bom dia! Quero cumprimentar, em especial, os cabos da força de segurança que se fazem presentes e que fazem uma reivindicação importante. Aliás, não se trata de uma reivindicação qualquer: trata-se de um compromisso firmado entre o governador e a categoria. Nós estamos estudando os planos de governo. Inclusive, aqueles que não foram cumpridos estão aqui nas diretrizes principais do plano de governo do Eduardo Riedel. Há vídeos e documentos assinados. E hoje há cerca de quatrocentos cabos aguardando a valorização prometida nesse plano de governo. "Equipar, qualificar, valorizar os profissionais das forças de segurança". Como dizem, até o garçom recebe 10% para servir; agora, para servir e proteger, nem isso. Nem o concurso, quanto menos 3,81%... Então, é uma injustiça. E quero ecoar, na pessoa dos parlamentares que acreditam nas forças de segurança, uma súplica ao governador Eduardo Riedel, para que cumpra apenas aquilo que é justo — o que ele prometeu, o que é digno e adequado —, valorizando as forças de segurança pública do Estado de Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, ontem eu encaminhei à Mesa Diretora um informativo da mídia comunicando que os professores, o sindicato e a associação dos servidores da UEMS haviam, em assembleia democrática, declarado estado de greve. E hoje eu encaminhei à Mesa Diretora manifestação dos servidores do Detran denunciando corrupção, mas, fundamentalmente, declarando estado de greve. Ontem, a Fetems, que é a mais combativa delas, a mais importante, eu diria, fez uma reunião com várias entidades, senhor presidente, do Fórum dos Servidores, começando a se movimentar. Prenuncia-se o clima de uma grande greve dos servidores do Estado de Mato Grosso do Sul contra o governo PMDB/PSDB e essa sopa de letras — porque é uma sopa: Republicanos, PP, União Brasil e não sei o quê. Há uma grande movimentação dos servidores públicos do Estado. Portanto, estou tomando duas iniciativas. Consultei meu líder, o deputado Pedro Kemp, e nós vamos preparar uma moção de apoio à mobilização e à luta dos servidores contra o vergonhoso reajuste, esse "tabefe na cara", de 3,8% dado pelo governo Riedel. Em segundo lugar, senhor presidente — e já estou comunicando a Vossa Excelência —, quando fui deputado, em 1992, certa vez entrei com um carrinho de supermercado... E na terça-feira, vou entrar aqui com uma cesta de supermercado. Mandeí fazer um levantamento: 60% dos servidores do Estado ganham menos de 5 mil reais. E os 3,8% de reajuste significam 150 reais. Mandeí comprar 150 reais em itens de uma cesta, que dá a metade de uma cesta básica: arroz, feijão, óleo, um quilo de costela, sal, açúcar e não sei o quê — isso para o mês inteiro. E vou trazer aqui e distribuir para a bancada governista, para ver se sobrevivem com 150 reais de reajuste. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Eu venho apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a execução de reforma geral na Escola Estadual Manoel Guilherme dos Santos, no município de Itaquiraí. A unidade de ensino carece de adequações estruturais, garantindo acessibilidade plena aos estudantes, às pessoas com deficiência e aos demais servidores, em conformidade com a legislação. Em 2026, a escola atende oitocentos e cinquenta e três alunos, sendo a única unidade que funciona nos três turnos, atendendo estudantes da zona urbana e da zona rural, e ainda conta com um quadro de sessenta e oito professores, desempenhando papel fundamental na educação. Esta solicitação atende ao requerimento do vereador Valdinei Gubert, do município de Itaquiraí. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Peres Ramos, e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando, em caráter reiterativo, ação conjunta visando à destinação de recursos a serem aplicados na aquisição de um caminhão-pipa para atender às necessidades do município de Corumbá (Requerimento de Urgência nº 020/2026, de autoria da vereadora Naná Cordeiro, do Republicanos). No ofício, a vereadora sustenta que a presente solicitação tem por finalidade atender reivindicações recorrentes de moradores de diversas regiões do município, em especial das comunidades mais afastadas, onde o abastecimento de água potável ocorre de maneira irregular, tornando-se insuficiente em determinados períodos. Ressalta ainda que a disponibilização de um caminhão-pipa destinado exclusivamente ao transporte de água potável possibilitará maior celeridade no atendimento dessas localidades, contribuindo significativamente para a melhoria das condições de saúde, higiene e qualidade de vida da população. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Maurício Simões, secretário de Estado de Saúde, e ao senhor Ricardo Nunes, diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul, solicitando a união de esforços e gestões no sentido de viabilizar a destinação de recursos para a construção de uma academia da saúde no município de Cassilândia. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete parlamentar pela vereadora Fernanda Messias de Sousa, do Republicanos. A academia proporcionará um espaço acessível para a prática de atividades físicas regulares, contribuindo, assim, para o fortalecimento muscular, o aumento da resistência cardiovascular e a melhoria geral da saúde. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero cumprimentar o senhor Francisco Lima, vereador do município de Sonora; e o cabo PM Eduardo Ferreira, presidente da Aspra/MS. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e assistentes! Bom dia, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Senhor presidente, trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, com cópia ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, reiterando a solicitação anteriormente apresentada por meio da Indicação nº 1.101/2025, visando à realização de manutenção, recuperação e melhoria das condições de trafegabilidade da rodovia MS-340, conhecida como Estrada do Mimoso, no município de Ribas do Rio Pardo. Essa indicação atende ao pedido da vereadora Tânia Maria, presidente da Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo. Trago, também, uma moção de protesto. E por que trago essa moção? Ontem, nós tivemos uma audiência pública aqui; convidamos a Energisa e a Eletro, mas a Eletro não compareceu, não mandou representante e não deu qualquer satisfação. Prefeitos e vereadores vieram — dos municípios atendidos pela Eletro —, e todos saíram bastante frustrados pela ausência da empresa. Então, vou encaminhar a moção de protesto à empresa Eletro Eletricidade e Serviços S.A., em razão de sua ausência na audiência pública destinada a debater a qualidade da prestação do serviço de energia elétrica no estado, realizada no dia 25 de março. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. A meu ver, não podemos permitir que uma empresa que presta serviço público seja convidada para uma audiência pública séria, com representatividade — inclusive com a presença do ex-governador Zeca — e não compareça, não envie representante, como se não se importasse. Mas há inúmeros problemas na prestação de serviço nos municípios, em uma região importante do estado, que é o Vale da Celulose — Três Lagoas, Santa Rita, Brasilândia —, e ninguém compareceu sequer para ouvir as demandas. Isso é um desprestígio com esta Casa. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para fazer uma prestação de contas referente à audiência pública de ontem sobre a qualidade do fornecimento de energia elétrica. Quero agradecer a presença maciça da população e da classe política: foram doze prefeitos, quatorze vice-prefeitos, mais de sessenta vereadores, dezenas de secretários municipais, dezenas de lideranças, representantes do setor produtivo, representantes do Governo do Estado, da União das Câmaras, da Assomasul, que foi parceira também do evento. Falamos da quantidade de equipes que trabalham na manutenção da rede de energia por município — que é o grande problema que enfrentamos hoje: a demora no atendimento, que causa prejuízos à população. Falamos sobre prazos estabelecidos para religação. Também falamos sobre o programa trifásico, a substituição do sistema monofásico pelo trifásico — vários municípios ainda não serão contemplados, e precisamos

ampliar esse programa, porque é fundamental para os pequenos produtores. Também falamos sobre os critérios de custo para obras de extensão de rede. Enfim, a audiência foi muito proveitosa, com bastante participação. Praticamente todos os municípios envolvidos enviaram representantes. Agora vamos elaborar um documento com os principais pontos da audiência, que será encaminhado à Energisa e à Eletro — mesmo ela não tendo comparecido —, para que se construa uma formatação de ações visando minimizar esses problemas de manutenção da rede e de atendimento. Quero agradecer à gerência da Energisa, representada pelo senhor Arthur Gandra, que compareceu e apresentou seus números; mas também reconheceu que muita coisa precisa ser ampliada e melhorada para atender a população, que paga sua conta de energia, e para atender os municípios, tanto na área rural quanto na urbana, de todo o estado. Então, a audiência pública foi um sucesso. Mais uma vez, esta Casa atuou em favor da população, por meio da Frente Parlamentar Municipalista, que tenho a honra de coordenar. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Professor Rinaldo. Parabenizo o deputado Professor Rinaldo pelo evento de hoje pela manhã, um evento cultural com pintor estrangeiro, que enaltece esta Casa.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Presidente, demais colegas e todos que prestigiam esta Sessão, bom dia! Bom dia, em especial, a você, professor Volmir, da UEMS! Em seu nome, cumprimento todo o corpo docente aqui representado. Quero destacar que somos solidários ao pleito dos senhores. Eu vou encaminhar a reivindicação da categoria para avaliação do Governo. Meu desejo é que consigamos êxito. Senhor presidente, quero registrar a importância do evento que realizamos aqui hoje, no momento em que entregamos o Título de Visitante Ilustre ao artista plástico internacional — ele é de Portugal, mas possui várias obras inclusive no Vaticano, deputado Pedro Kemp. Nós ficamos felizes por tê-lo recebido aqui hoje. Agradeço aos colegas deputados que votaram de modo favorável à concessão do título a ele. Eu e a deputada Mara apresentamos juntos a proposta. Esta Casa demonstra seu compromisso com a arte, com a cultura, com a educação e com o desenvolvimento sustentável. Hoje pela manhã, tivemos esse momento importante, com a presença da presidente da Academia Feminina de Letras e Artes, a nossa querida Delasníeve Daspet, que é reconhecida nacionalmente e figura como representante da ONU aqui em Mato Grosso do Sul, o que muito nos orgulha. Quero deixar este registro e encaminhar uma indicação. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, solicitando a disponibilização de uma caminhonete para estruturar o atendimento na Sala da Cidadania do município de Mundo Novo, especialmente nos serviços ligados às comunidades rurais, assentamentos e produtores rurais daquele município. Esta indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Gessé Ferreira da Silva, de Mundo Novo. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha neste Plenário e pela TV e Rádio ALEMS! Trago uma indicação. O que está ocorrendo em Dourados é uma epidemia de chikungunya. A cidade, as aldeias Jaguapiru, Bororó e as áreas de retomada no entorno já registram mais de quinhentos casos confirmados da doença. A situação é bastante delicada. Estamos em uma união de esforços envolvendo setores da sociedade civil organizada, como o Rotary, a SED, também o nosso mandato e a Câmara de Vereadores. Nós instalamos um comitê de gerenciamento de crise, buscando doações. Além disso, um pronto-socorro foi montado na quadra de esportes da Escola Municipal Tengatui Mangaratu. Mesmo com o reforço da Força Nacional e do Ministério da Saúde — com equipes deslocadas de várias regiões do país para atender as aldeias de Dourados —, a situação já ultrapassou os limites. Temos hospitais em colapso, entre eles o Hospital Universitário da UFGD, cujo setor de pediatria, responsável pelo atendimento de crianças indígenas, não está suportando a demanda. Já há confirmação de cinco mortes — duas crianças e três idosos, todos indígenas. O último óbito confirmado foi ontem: um bebê de apenas quarenta dias. Diante desse cenário preocupante, apresentamos esta indicação para que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Saúde, disponibilize um espaço específico dentro do Hospital Regional de Dourados, inaugurado e ativado no final do ano passado. A proposta é que seja destinada uma ala exclusiva — um ambulatório ampliado — para atendimento dos casos de chikungunya. Nesta semana, o Governo do Estado informou, por meio de nota, a disponibilização de quinze leitos no Hospital Regional, sendo dez adultos e cinco infantis. No entanto, entendo que isso ainda não é suficiente. É necessário um espaço mais amplo, com uma estrutura dedicada exclusivamente ao enfrentamento da doença, garantindo atendimento adequado e atenção especial aos pacientes. A situação é, de fato, preocupante em Dourados. A epidemia não está disseminada por todo o estado; ela está concentrada em Dourados, que se tornou o epicentro, em razão do avanço acelerado da doença. Dados recentes do relatório epidemiológico apontam que, apenas nas últimas 24 horas, foram registrados 352 novos casos suspeitos, elevando o total de casos prováveis para 1.638 mil. Outro fator que chama a atenção é que municípios da região da Grande Dourados também começam a apresentar um cenário preocupante, como, por exemplo, Fátima do Sul, que já contabiliza 477 casos confirmados da doença. O Hospital Regional, por sua vez, atende não só Dourados, mas também cerca de trinta municípios da região do Cone Sul. Portanto, estamos solicitando que o Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, intensifique sua participação nessa força-tarefa. Sabemos que o Estado já está disponibilizando reforço, mas entendemos que o Hospital Regional — com toda a estrutura planejada e já em funcionamento — pode ampliar sua capacidade de atendimento e oferecer o suporte necessário neste momento crítico. O objetivo é evitar um colapso, como já ocorre em algumas unidades de saúde, entre elas o Hospital da Missão Caiuá e o Hospital Universitário, especialmente na ala de pediatria. Neste momento, Dourados — deputado Renato Câmara, que representa a região — pede socorro. E faço aqui também um registro importante: temos observado olhares de preconceito direcionados à comunidade indígena.

É preciso esclarecer que os maiores índices da doença, os principais focos, estão na área urbana. A disseminação para as aldeias ocorre, em grande parte, em razão de problemas históricos, como a falta de água tratada e de saneamento básico — uma situação que se arrasta há mais de vinte anos. Hoje, a gravidade é evidente nas reservas indígenas e nas áreas de retomada no entorno, mas é fundamental reconhecer que o problema teve origem na cidade e se agravou nas aldeias. Por isso, precisamos dar uma resposta à altura, garantindo que a população indígena — nossos povos originários — seja devidamente assistida neste momento crítico. Reitero: Dourados pede socorro. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Tema muito importante, deputada. Todos os municípios devem possuir um plano de contingenciamento — um instrumento estratégico obrigatório — com ações voltadas à prevenção da proliferação do mosquito e, conseqüentemente, das doenças que ele transmite. É fundamental que haja uma força-tarefa por parte do município, com apoio do Estado. Eu estive com agentes de combate a endemias e agentes de saúde, que estão bastante preocupados com a situação. O plano de contingenciamento precisa ser colocado em prática de forma mais efetiva, e nós somos parceiros nesse processo. Dando continuidade ao Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres pares e todos aqui presentes! Cumprimento de modo especial os servidores da Uems. É uma satisfação recebê-los nesta Casa. Os servidores estão com um pleito importante. Contem conosco. Eu sou servidor público e entendo as demandas de vocês, bem como as dificuldades enfrentadas. Sabemos que houve a aprovação de um projeto de adequação salarial, mas é necessário que o Governo do Estado avance no diálogo com as categorias para discutir esse reajuste e o realinhamento. O Estado enfrenta dificuldades, sabemos disso, mas é fundamental que haja transparência e diálogo com os servidores, assim como com esta Casa, para que possamos acompanhar de perto os encaminhamentos e a real situação fiscal. Os servidores públicos que tocam a máquina pública, por isso merecem atendimento. Senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A., solicitando que sejam adotadas, com a máxima urgência, providências necessárias visando à melhoria e ao fortalecimento da rede de distribuição de energia elétrica no município de Novo Horizonte do Sul, em especial na zona rural. A presente proposição fundamenta-se no Ofício nº 004/2026, encaminhado ao meu gabinete pelo vereador Zé Antônio, do município de Novo Horizonte do Sul, por meio do qual são relatadas recorrentes falhas no fornecimento de energia elétrica na região. É de notório conhecimento que as frequentes interrupções de energia, sobretudo durante períodos de chuvas intensas e eventos climáticos adversos, têm ocasionado expressivos prejuízos aos produtores rurais locais, os quais dependem diretamente do fornecimento contínuo de energia para o funcionamento de sistemas de irrigação, ordenha mecanizada e demais atividades indispensáveis à produção agropecuária. Essa demanda é recorrente em todo o interior do estado, especialmente na

região do Cone Sul — municípios como Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi e Itaquirai. Trata-se de uma das maiores bacias leiteiras do estado, composta majoritariamente por pequenos produtores e assentados, que têm enfrentado grandes dificuldades. As redes são instáveis: começa a chover e o fornecimento é interrompido. Com isso, há prejuízos imediatos — leite que se perde, produtos que se deterioram, equipamentos que queimam. A situação é recorrente e preocupante. Entendemos que possa haver uma rede envelhecida ou insuficiente para atender à demanda atual. Enquanto grandes produtores conseguem mitigar os impactos com geradores próprios, os pequenos não dispõem dessa estrutura, o que agrava ainda mais os prejuízos. Por isso, reforçamos essa solicitação — neste caso, para o município de Novo Horizonte do Sul. Era o que tinha. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Cumprimento os senhores Gilson Francisco Filho e José Roberto, vereadores do município de Taquarussu. Cumprimento também os senhores Kaudi Filho e Richardson Prates, vereadores do município de Mundo Novo. Sejam bem-vindos! Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres deputados e todos aqui presentes! Trago um projeto de lei. O projeto regulamenta, no âmbito estadual, a prática da enfermagem estética, de acordo com os critérios estabelecidos em leis e normas pertinentes ao exercício profissional da enfermagem. Trata-se de uma área dedicada à realização de procedimentos estéticos que visam ao bem-estar, à saúde e à qualidade de vida dos indivíduos, sempre respeitando as condições técnicas e científicas necessárias para garantir a segurança dos pacientes. Para os efeitos desta lei, entende-se como enfermagem estética o exercício de atividades estéticas realizadas por enfermeiros e enfermeiras com capacitação específica, incluindo, mas não se limitando, a procedimentos de estética corporal, facial e capilar, dentro das competências atribuídas à profissão. Somente ficam autorizados a exercer a enfermagem estética os profissionais devidamente habilitados e registrados no Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul (Coren-MS), que tenham concluído curso de pós-graduação lato sensu em estética, de acordo com as exigências do Ministério da Educação e conforme resolução específica do conselho profissional. Este projeto de lei visa regulamentar, no âmbito estadual, a atuação do enfermeiro especialista em estética, atendendo a uma demanda crescente na área da saúde, em consonância com a Resolução nº 529/2016 do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e demais normativas que reconhecem a estética como campo legítimo de atuação do profissional de enfermagem. Diante do crescimento exponencial do mercado estético no Brasil e do aumento dos riscos associados a procedimentos realizados por profissionais não habilitados, esta proposição busca assegurar a qualificação, a segurança e o controle sanitário no exercício da estética por enfermeiros. A inclusão dos procedimentos estéticos no rol de competências do enfermeiro esteta alinha-se às boas práticas reconhecidas internacionalmente e à evolução das técnicas minimamente invasivas na estética facial e corporal. É necessário esclarecer que alguns procedimentos, que exigem técnica apurada, conhecimento anatômico e domínio de biossegurança, já são executados por profissionais de enfermagem capacitados em diversos países, por meio de cursos, mentorias e pós-graduação. Esse mesmo projeto

já foi aprovado no Distrito Federal e também está sendo discutido em nível nacional, no Congresso Nacional. Trago também algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Três Lagoas, senhor Cassiano Maia, solicitando a instalação de um semáforo no cruzamento da rua Eurides Chagas Cruz com a avenida Antônio Trajano, no centro da cidade. Solicita-se também a pintura de faixa de pedestres no mesmo local. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Três Lagoas, senhor Cassiano Maia, e ao secretário municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, senhor Osmar Dias, solicitando reparo na malha asfáltica da rua Egídio Tomé, no trecho compreendido entre a avenida Filinto Muller, no centro, e a rua Urias Ribeiro, no bairro Alto da Boa Vista. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Três Lagoas, senhor Cassiano Maia, e ao secretário municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito, senhor Osmar Dias, solicitando que seja realizado o serviço de patrolamento e encascalhamento na rua Tupi, esquina com a rua Clóvis Beviláqua, no bairro Jardim Maristela. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Paulo da Silva, solicitando a instalação de cobertura em ponto de ônibus, em ambos os lados da avenida João Arinos, nas proximidades da empresa Lim, contribuindo, assim, para maior conforto e proteção dos usuários da região. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não há mais oradores. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: três indicações (Prot. nºs 00686/2026, 00687/2026, 00692/2026). De autoria do deputado Coronel David: três indicações (Prot. nºs 00690/2026, 00674/2026, 00673/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: cinco indicações (Prot. nºs 00691/2026, 00689/2026, 00688/2026, 00680/2026, 00679/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 00678/2026, 00677/2026, 00676/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 00698/2026, 00697/2026, 00696/2026). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00685/2026). De autoria do deputado Neno Razuk: um projeto de lei (Prot. nº 00693/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de congratulação (Prot. nº 00681/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00684/2026, 00683/2026); um projeto de resolução (Prot. nº 00682/2026). De autoria do deputado Zeca do PT: uma moção de apoio (Prot. nº 00694/2026).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Vossa Excelência dispõe de treze minutos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, todos que nos assistem, vereadores de Sonora aqui presentes, imprensa e servidores da Casa, bom dia! Senhor presidente, eu vou falar de três assuntos importantes, embora meu tempo seja curto. O primeiro diz respeito aos servidores públicos estaduais, que estiveram presentes aqui ontem. Estávamos representando esta

Casa em um evento em Nova Alvorada do Sul, mas a principal pauta envolve questões de reenquadramento e também o RGA. Quero tratar, inicialmente, desse tema. Eu venho acompanhando seis ou sete categorias há mais de dois anos, junto ao Governo do Estado e à Secretaria de Administração, no sentido de promover melhorias e adequações em seus respectivos estatutos. Essas adequações visam corrigir distorções e possibilitar melhorias salariais, não apenas por meio do RGA anual. Nesse período, tivemos, desde o ano passado, uma suspensão em razão de o Estado ter atingido o limite prudencial. Na última conversa que tive com o secretário, destaquei: quando o Estado não consegue conceder o benefício imediato por limitações fiscais, que ao menos assegure o direito já previsto em lei, permitindo que as categorias avancem gradualmente na conquista desses benefícios. Esse é um ponto importante. Essa discussão precisa avançar e permanecer aberta. É fundamental o diálogo. Todos compreendem quando a situação fiscal é crítica, mas o diálogo é o melhor caminho para que possamos estabelecer consensos mínimos e avançar nessa relação. Afinal de contas, o Estado existe e presta serviços ao cidadão sul-mato-grossense por meio de seus servidores. O segundo ponto: há dois anos, eu apresentei um requerimento — e já o reiterei — solicitando dados relacionados ao montante do superendividamento dos servidores do Estado com empréstimos consignados. Recentemente, fiz novamente essa solicitação diretamente ao secretário de Administração. Recebi parte das informações, mas ainda faltam dados essenciais, como: quais são as instituições financeiras envolvidas; quanto é devido a cada uma delas e quais são as taxas de juros praticadas. Essas informações são fundamentais para que possamos estabelecer, a partir de um diagnóstico preciso, ações concretas voltadas à redução do superendividamento dos servidores em relação aos bancos. Com isso, à medida que se reduz o nível de endividamento, naturalmente haverá maior disponibilidade de renda no orçamento dos servidores para suas despesas do dia a dia. Portanto, são duas questões distintas: uma é a discussão dos planos de cargos, das tabelas e das melhorias salariais; a outra é a questão do crédito consignado. Já apresentei, inclusive, dados e tabelas demonstrando que o endividamento dos servidores alcança cifras superiores a sete bilhões de reais — o que representa praticamente onze folhas de pagamento dos servidores ativos. Trata-se de um volume extremamente expressivo. Dessa forma, é fundamental — e plenamente factível — reduzir esse endividamento por meio de medidas como o alongamento do perfil da dívida e a redução das taxas de juros, adequando-as aos limites estabelecidos pela legislação federal.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — O senhor me concede um aparte, nobre deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Peço que seja breve, deputado, pois meu tempo é de apenas doze minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Falarei por tempo inferior ao regimental destinado ao aparte. Ouço Vossa Excelência e reconheço o esforço em explicar aquilo que é possível ao Governo realizar. Sempre reconheci, em sua atuação, a grande capacidade de interlocução — qualidade que, a meu ver, nem sempre é devidamente

valorizada dentro do próprio Governo. Vossa Excelência menciona a dificuldade enfrentada pelos servidores e o elevado nível de endividamento. No entanto, é necessário também trazer a este Plenário dados concretos sobre o endividamento do próprio Estado. Ainda não temos acesso pleno a essas informações. Temos denunciado essa situação, e, por vezes, o Governo se esquia, classificando tais apontamentos como inverídicos. Contudo, ao analisarmos propostas recentes, verificamos indícios de dificuldades financeiras. Além disso, quando observamos a criação de cargos e os aumentos expressivos concedidos, especialmente aos comissionados — com percentuais de reajuste real na casa de 70%, 90%, 140% —, torna-se difícil para o servidor efetivo compreender por que não há sequer a recomposição inflacionária para sua categoria. E esse simples requerimento, deputado, e já foi anunciado, com base no Regularize Já, que a base do Governo vai pedir vista. Nós queremos saber o que o Governo pretende, ou pretendia, arrecadar com o Regularize Já. É difícil compreender o esforço de Vossa Excelência quando se observam ações diametralmente opostas do Governo do Estado. Nesse contexto, considero essencial esse tipo de requerimento. Diante disso, parablenizo Vossa Excelência pela fala. Sinto-me representado pelo esforço que tem feito em defesa dos sindicatos e das associações do Estado de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Agradeço, deputado João Henrique. Considero importante esse debate, justamente para que possamos encontrar caminhos e construir consensos que nos permitam avançar. Sempre defendi — inclusive quando atuei como advogado de diversas categorias — que é preciso avançar, ainda que gradualmente. O importante é dar um passo à frente, pois é a partir dele que se constrói o próximo avanço. Portanto, é necessário identificar mecanismos viáveis e, acima de tudo, avaliar as possibilidades reais do Estado, para que possamos promover melhorias às categorias e garantir condições mais dignas aos servidores públicos de Mato Grosso do Sul. Bem, senhor presidente, passo a outro assunto. Apresentei hoje uma moção e gostaria de justificá-la perante esta Casa. Tramita no Senado Federal um pedido, já subscrito por 51 dos 81 senadores da República, para a abertura de uma CPI destinada a apurar o escândalo relacionado à chamada Operação Compliance. É natural que a sociedade brasileira queira — e mais do que isso, precise — saber o que de fato ocorreu. Fala-se em cifras bilionárias: cerca de 50 bilhões de reais dentro do limite de cobertura do Fundo Garantidor, de até 250 mil reais por operação, valor cuja responsabilidade recai, em última instância, sobre recursos públicos. Além disso, há estimativas de outros 50 bilhões de reais acima desse limite, o que evidencia a dimensão do escândalo. Ao que tudo indica, trata-se de um caso que envolve diversas pessoas, inclusive autoridades e parlamentares. O Brasil precisa de respostas. O cidadão tem o direito de conhecer a verdade. E aqueles que participaram, direta ou indiretamente — sejam ministros, senadores ou deputados federais —, devem ser devidamente responsabilizados. Afinal, ou a lei se aplica a todos, ou deixa de ser lei. Por isso, apresentei esta moção, em nome da Casa, com o objetivo de manifestar apoio aos senadores que subscreveram o pedido de CPI, para que a investigação seja instaurada, os fatos devidamente apurados e os responsáveis punidos. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passamos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e dois deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Denis Diogo, vereador do município de Fátima do Sul; do senhor Júlio Buguelo, prefeito do município de Glória de Dourados; e do senhor Gilson Francisco, vereador do município de Taquarussu. Item 1. Projeto de Lei nº 34/2026. Autor: Poder Executivo. "Dispõe sobre a Revisão Geral Anual (RGA) do vencimento-base ou do subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do Estado de Mato Grosso do Sul." Vale destacar que esta lei se aplica a todos os Poderes. A Comissão de Serviço Público, Transporte e Infraestrutura emitiu parecer favorável por maioria, tendo como relator o deputado Hashioka. A Comissão de Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. A implementação desses 3,80% na folha dos servidores só será possível se conseguirmos votar e publicar a lei antes do prazo eleitoral de 180 dias. Agradeço, portanto, à CCJR, às comissões de mérito e aos líderes que viabilizarão essa medida. Ainda que o percentual seja inferior ao esperado, é o que veio para votação, e será aprovado para inclusão na folha dentro do prazo eleitoral. Em votação...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, eu quero fazer um esclarecimento sobre minha posição com relação a este projeto do Governo. Ontem, o projeto foi votado em primeira votação, que trata apenas da constitucionalidade, e meu voto foi favorável, até porque o projeto é constitucional. E eu disse que jamais votaria contra qualquer reajuste salarial dos servidores. Hoje, este projeto está em segunda votação, que é sobre o mérito. E, no mérito, eu não posso concordar com a proposta do Governo, que concede tão somente o índice ridículo de 3,81% de reajuste salarial, que não cobre nem a inflação do período, que foi de 4,17%. Quero também deixar claro que foi apresentada uma emenda aqui, prevendo reajuste de 7% para os servidores — emenda de deputado —, e essa emenda não passou na Comissão de Constituição e Justiça; portanto, nem veio ao Plenário para ser votada. E quero dizer que, infelizmente, projeto de reajuste salarial dos servidores é prerrogativa do Governo. Nós, deputados, não podemos conceder reajuste salarial. Se fosse assim, eu apresentaria uma emenda de 50% de aumento salarial para os servidores. Mas não temos essa prerrogativa de conceder

reajuste. Então, senhor presidente, hoje, no mérito, nesta segunda votação, quero registrar que sou contra. Voto não a essa política de arrocho salarial do governo Riedel. É isso.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Para declarar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Apenas para, tecnicamente, defender a nossa emenda. O Poder Executivo, quando tem a iniciativa de determinado tema, por força constitucional, a iniciativa é dele; mas o debate e o texto final são nossos. A emenda que foi proposta tinha, inclusive, o estudo de impacto financeiro do próprio Governo. O que a gente vê é que, na verdade, o Governo tem divergido do seu próprio estudo de impacto financeiro. Nós estamos discutindo aqui uma proposta de RGA; e o Governo sempre mandou propostas para categorias diversas — cargos comissionados, outros Poderes — com aumentos de 40%, 140%, 190%. Eu gostaria de ter a oportunidade de debater e votar em conjunto, porque assim o que fosse definido para uma categoria se estenderia às demais. Aí veríamos se, para os outros Poderes e para os outros cargos, daríamos sequer a recomposição do período inflacionário. Por isso, estamos votando contra: por não aceitar que seja retirado salário do servidor. Porque não se dá a inflação; dá-se menos, de forma irrisória. Voto contra.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — O deputado Pedro Kemp comentou sobre a questão da emenda, da rejeição na CCJR. Só para esclarecer, para não ficar dúvida — embora o senhor já tenha explicado que se trata de um projeto de iniciativa exclusiva do Executivo —, mesmo emendas estão vedadas. O artigo 68 da Constituição Estadual diz que não será admitido aumento de despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do governador do estado, ressalvados os casos do artigo 176, parágrafos 3º e 4º, da Constituição Federal. Então, não cabe emenda que aumente despesa em projeto que é de iniciativa exclusiva do chefe do Executivo. Por isso a emenda foi rejeitada na CCJR.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está em votação. O senhor pode declarar o voto.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero dizer a Vossa Excelência e à bancada, especialmente à do Governo, que a fixação desse reajuste salarial de 3,8% pelo governo Riedel representa um verdadeiro tiro no pé. Eu fiz questão de registrar no início desta semana que os funcionários da Universidade Estadual declararam estado de greve; ontem, os funcionários do Detran também declararam estado de greve e denunciam corrupção na instituição; a Fetems está convocando o Fórum dos Servidores para discutir a situação. O governo Riedel está empurrando, com sua atitude, os servidores, que não admitem tamanha afronta, para a greve. Esta Casa tem que estar consciente do que está fazendo. O governo Riedel sequer teve a preocupação de chamar o Fórum dos Servidores e discutir, com transparência, a situação do Estado, que está falido. O Estado está levantando dinheiro de todo tipo de fundo que existe por aí para tentar honrar seus compromissos. Portanto, não há outra alternativa: é votar contra, como está votando a Bancada do PT — e também o deputado João Henrique. Na terça-feira, a Bancada do PT — já consultei o deputado Pedro Kemp e a nossa líder deputada Gleice Jane — apresentará uma moção de apoio irrestrito e declarado a qualquer manifestação ou atitude que venha a ser tomada pelos servidores do Estado contra essa afronta do PSDB, do MDB, da "sopinha de letrinhas".

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só vou deixar registrado — até porque, tecnicamente, as coisas têm de ficar claras —: nós não estamos votando reajuste de salário. A Constituição define RGA, que é a Revisão Geral Anual; a base é o IPCA. Não tem nada de reajuste. O prazo eleitoral é de cento e oitenta dias. Então, misturar reajuste com RGA, tecnicamente, é errado. Não está sendo votado nenhum reajuste. E vale para todos os Poderes. Faço esse esclarecimento para não dizerem que votamos enganados.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Pela ordem..

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Já que Vossa Excelência garantiu a tecnicidade da votação, apenas para que também garanta e esclareça que o Legislativo é quem tem a palavra final, ainda que em processos de iniciativa do Poder Executivo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O Legislativo vota; pode haver veto. Isso é um processo de votação normal.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 34/2026, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário quanto ao resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e quatro votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente.
Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 94/2025. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre a possibilidade de reconhecimento da prática esportiva do airsoft e do paintball no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 1, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral nº 1, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 94/2025, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 213/2025. Autor: deputado Antonio Vaz. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o 'Dia do Antigomobilista', e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Modificativa nº 1 e à Subemenda nº 2, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Registramos e agradecemos a presença do senhor Jonny Guerra, vereador do município de Coxim.

Projeto de Lei nº 213/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 238/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Institui a juruva (*Baryphthengus ruficapillus*) como ave-símbolo dos domínios da Mata Atlântica no Estado de Mato Grosso do Sul." Inclusive, hoje a juruva foi tema de debate com um artista internacional aqui; o deputado Renato Câmara apresentou a espécie ao visitante. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Para declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Está ocorrendo aqui em Campo Grande a COP15, o maior evento sobre aves migratórias do mundo. A cada dia cresce mais a observação de aves. Só em Mato Grosso do Sul, são registrados oficialmente mais de três mil observadores de aves. Com as novas tecnologias, é possível encontrar esses animais: com um celular é possível identificar, num raio de 100 metros, as aves. Isso desperta a atenção de muitos e gera renda por conta do turismo. Mato Grosso do Sul já é uma das maiores atrações para observação de aves, com destaque para Bonito. Temos o tuiuiú como símbolo do Pantanal, enquanto a arara-azul é símbolo de Mato Grosso do Sul. E, agora, com esse projeto, a juruva vai representar os domínios da Mata Atlântica no estado. O mundo inteiro será atraído para observar essa espécie, que está em extinção. E, com essa lei, ela também será preservada. Voto sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, eu quero apenas fazer um breve comentário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho. É que houve um problema no sistema. Vou ter que pedir aos senhores que registrem novamente o voto... Pronto. Agora, sim, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, a preocupação é tão grande que estamos realizando a COP15 em Mato Grosso do Sul, justamente para definir corredores migratórios para as aves, para as espécies, para a preservação — que, na verdade, constitui o nosso meio ambiente. Essas espécies são importantes para a manutenção da vida, não só das demais espécies, mas também da própria espécie humana. Eu tive a honra de apresentar — e esta Casa acatou — o projeto de lei que transformou o tuiuiú em símbolo do Pantanal sul-mato-grossense e a arara-azul em ave-símbolo de Mato

Grosso do Sul. Isso ocorreu porque recebi um dos integrantes, superintendente do Fundetur, que demonstrou o potencial que temos para a atração de turistas e de observadores de aves raras — aves que não existem em outro bioma no mundo. Então, eu quero, na verdade, não só votar favoravelmente, mas também justificar. Acho que todos esses projetos têm uma finalidade importante. É só, senhor Presidente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Para declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, primeiro eu quero dizer que todo projeto que ajuda na preservação é importante. No entanto, quero aproveitar também para dizer que — já que estamos vivendo a COP15 — vemos o Governo do Estado fazer muita propaganda, muito barulho, mas há um projeto importante que realmente visa preservar, que é o projeto da pesca. O deputado Renato Câmara faz vários vídeos no rio Dourado. Eu estive lá neste fim de semana e continuo insistindo no projeto da pesca. Sei que há orientação para a Comissão de Constituição e Justiça segurar, e, se vier hoje, será barrado. Quero, neste momento em que se discute a preservação — em um evento tão importante para o nosso estado, como a COP15 —, pedir ao Governo do Estado que permita à CCJR votar e encaminhar a matéria ao Plenário, para que nós, deputados, possamos decidir se queremos ou não a preservação dos rios do nosso Estado. Que não se detenha mais a tramitação, que não se imponham barreiras nem orientações para impedir que o projeto chegue ao Plenário para votação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, o senhor ainda não votou.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu estava declarando o meu voto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Não é necessário solicitar ao Governo para que passe na CCJR... Quero mencionar o trabalho da CCJR: não é necessário solicitar ao Governo; a CCJR votará aquilo que for constitucional, independentemente do mérito.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 238/2025, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor Presidente, apenas para registrar, nesta votação da juruva — que é uma ave em extinção, a ser protegida —, que há outra "ave em extinção" aqui na Assembleia Legislativa, que é o "tucano"; mas parece que ele ganhou uma sobrevida agora. Então, sobrevida aos tucanos. São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 12/2026. Autor: deputado Marcio Fernandes. "Institui o Dia do Campista Católico no Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Registro e agradeço a presença do senhor Bruno Liuti, vereador do município de Naviraí. E, mais uma vez, dos senhores vereadores e vereadoras do município de Sonora — estão aqui o Joaquim, a Flávia e toda a equipe de Sonora. Obrigado pela presença. Ainda em votação.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero parabenizar o deputado Marcio Fernandes. Eu, que também sou campista e milito nesse grande movimento — que tem vários grupos espalhados pelo estado —, vejo que ele tem feito um papel muito importante para a sociedade, para aquecer a fé cristã na Igreja Católica. É um momento importante para que todos possam ter esse dia de reflexão e também para divulgar o campismo a mais jovens e a mais cristãos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 12/2026, de autoria do deputado Marcio Fernandes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São quatorze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. "Um requerimento, treze indicações, uma moção de aplauso e duas moções de congratulação." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 7. Moções de pesar. "Apresentada pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Nelson Gomes. Apresentada pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da jovem Julia Motta Martins." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, vou ocupar cinco minutos das Explicações Pessoais, e peço licença para falar aqui da Mesa mesmo, para passar uma mensagem importante da deputada Gleice Jane, que se encontra em Dourados, em função dos casos de chikungunya que estão ocorrendo lá, principalmente na aldeia indígena. Ela teve uma reunião com o coordenador da Força Nacional do SUS, que está em Dourados, doutor Rodrigo Stábile, e a situação é gravíssima. Ela relata que estamos diante do que pode ser a maior crise de chikungunya da história. Os casos não estão limitados apenas à aldeia, como havia sido divulgado; estão distribuídos por toda a cidade de Dourados. E os agentes de endemias já anunciavam essa tragédia desde o ano passado. A crise tende a se acentuar nas próximas semanas: cerca de 76% dos testes realizados estão dando positivo, enquanto o maior índice registrado na história até então era de 37%. A chikungunya costuma contaminar famílias inteiras e deixa sequelas por meses, ou anos, interferindo na organização do trabalho local. A crise poderá afetar o comércio, a indústria e o setor de serviços, devido ao longo tempo de tratamento e à incapacidade temporária das pessoas, que ficam, no mínimo, 14 dias afastadas. É necessário que o Hospital Regional disponha de leitos imediatamente, pois há previsão de agravamento da necessidade de internações a partir da próxima semana. Hoje o Ministério da Casa Civil está realizando uma reunião interministerial para avaliar o caso e deverá destinar recursos extras para ajudar o município. Há uma equipe de mais de 30 pessoas da Força Nacional do Ministério da Saúde em Dourados e quase 20 do HU, mas isso não é suficiente. Portanto, é necessário que a Comissão de Saúde desta Casa e os demais parlamentares acompanhem a situação e ajudem a solicitar à Secretaria de Saúde do Estado que componha equipes e disponibilize leitos. Já ocorreram cinco mortes em Dourados, entre elas a de um bebê. E, ontem, parece que houve mais um caso em Bonito. Estou aqui transmitindo a mensagem da deputada Gleice Jane, que está em Dourados, acompanhando essa situação gravíssima de casos de chikungunya na cidade. Era o que tinha, senhor presidente.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar a presença do senhor Johnny Guerra Gai, vereador de Coxim. Registro, ainda, a presença dos vereadores de Sonora Clotilde, Flávia, Joaquinzinho, Elson e Deuzimar. Praticamente toda a Câmara de Sonora está aqui. É uma alegria tê-los conosco.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. Obrigado a todos (11h26min).